

# DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

## *Histórias conectadas, histórias comparadas: tempo presente, ditaduras e repressão no Brasil e na Argentina*

On writing possibilities related to History of the Present Time:  
Connections and comparisons among the military dictatorships of  
Brazil and Argentina

Lara Lucena Zacchi<sup>1</sup>

Resumo: Esta resenha analisa a obra *As ditaduras argentina e brasileira em ação: violência repressiva e busca de consentimento* (Lvovich; Patto Sá Motta, 2023), considerando sua contribuição para a historiografia brasileira e latino-americana sobre as ditaduras militares. Ao considerar as diferentes dimensões da repressão no Brasil e Argentina, o livro propõe a articulação entre as metodologias das histórias comparadas e conectadas como possibilidades para o entendimento dos processos históricos locais, inseridos em dimensões transnacionalmente conectadas. Assim, suas discussões interessam, na medida em que são capazes de auxiliar na análise das reminiscências e rupturas das estruturas de repetições e singularidades dos processos e temporalidades históricas que assolam o tempo presente.

**Palavras-chave:** ditaduras militares; repressão; histórias comparadas e conectadas

**Abstract:** This work analyzes the book *As ditaduras argentina e brasileira em ação: violência repressiva e busca de consentimento* (Lvovich; Patto Sá Motta, 2023). By considering the different dimensions of repression in Brazil and Argentina, it proposes the articulation between the methodologies of comparative and connected histories as possibilities for understanding local historical processes, inserted in transnationally connected dimensions. Thus, their discussions are of interest, as they can assist in the analysis of the reminiscences and ruptures of the structures of repetitions and singularities of the historical processes and temporalities of the present time.

**Keywords:** military dictatorships; repression; comparative and connected histories

<sup>1</sup> Doutoranda no PPGH da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), com área de concentração em História do Tempo Presente, bolsista PROMOP. Seu projeto de tese se intitula “*Mães que lutam: sobre modos de atuar politicamente no tempo em experiências de grupos latino-americanos de mães (1977 - 2023)*”. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-6295-2336>. E-mail: [lalalucenaz1@gmail.com](mailto:lalalucenaz1@gmail.com).



Quais cuidados implicam na retomada de passados que são recorrentemente reavivados e disputados no tempo presente por distintas demandas sociais? Como dar sentido às histórias recentes de diferentes localidades que foram caracterizadas por processos históricos, sociais e políticos que ora divergem, ora convergem, e, ora se conectam? Quando nos ocupamos em escrever a História do Tempo Presente (HTP), é recorrente a emergência de questões como essas, dentre tantas outras que perpassam a dimensão ética e teórico-metodológica desta episteme de análise. No cerne destas inquietações, a obra *As ditaduras argentina e brasileira em ação: violência repressiva e busca de consentimento*, organizada pelos historiadores Daniel Lvovich e Rodrigo Patto Sá Motta e publicada em 2023, tem seu destaque no campo historiográfico.

352

Se a relação com as demandas sociais é um dos aspectos que define o caráter político da HTP (Delacroix, 2018), a obra tem sua dimensão política ressaltada, uma vez que recorre às permanências e rupturas dos golpes, dos processos ditatoriais e das transições democráticas no Brasil e na Argentina como “constantes históricas” que justificam a elucidação destes passados no tempo presente. A relevância social da obra é reforçada pelas análises que demonstraram que as violências repressivas brasileiras e argentinas foram sistematizadas a partir de diferentes dimensões, estruturadas por políticas sociais, econômicas, institucionais, culturais e, ainda, educacionais. Ademais, o enfoque dado aos consentimentos e alianças civis-militares como práticas sustentadoras da repressão em ambos os espaços reforça o argumento de que o autoritarismo militar se articulou amplamente com as políticas econômicas liberais da época.

Adotando uma metodologia de análise comparada e conectada para o estudo da repressão autoritária no Brasil e na Argentina, as discussões evidenciam-na a partir de fenômenos amplos que, ao mesmo



tempo, se conectam, se assemelham e se divergem entre si. O método comparativo é utilizado para expressar semelhanças e diferenças próprias de processos históricos em dimensões, sobretudo, locais. As conexões, por sua vez, auxiliam no entendimento dos fenômenos para além das fronteiras dos Estados-nação, considerando, metodologicamente, as escalas micro/macro de análise, tanto no âmbito espacial, quanto temporal. Daí a possibilidade de articulação entre ambas as metodologias, as quais podem contribuir para a compreensão das experiências históricas complexas das ditaduras, para o entendimento de suas estruturas de singularidades e repetições (Koselleck, 2014), considerando suas dimensões locais e transnacionais<sup>2</sup>.

Ao longo dos dez capítulos, as conexões/comparações são tratadas a partir de temáticas que versam sobre o problema central da obra, qual seja, dar foco às estratégias de repressão implementadas pelos Estados ditatoriais em diferentes níveis, em diálogo com interesses de grupos detentores de poder e as estratégias de busca por consentimento. Os distintos entendimentos sobre o conceito de repressão são evidenciados, uma vez que se referem desde as medidas coercitivas e repressivas contra os considerados “inimigos do Estado”, passando por políticas econômicas, até a concepção de iniciativas sociais, institucionais e culturais planejadas para angariar apoio de segmentos da sociedade. Assim, a ditadura brasileira (1964-1985) e as ditaduras argentinas (1966-1973/1976-1983) são focalizadas a partir de temas que

353

---

2 A atenção aos limites destas metodologias, entretanto, devem ser destacados. Quando a obra tratou de comparações que se debruçaram não somente sobre contextos, mas sobre temporalidades distintas, foi ressaltado a necessidade de uma maior atenção. A depender do objeto, como é o caso da questão das juventudes nas ditaduras trabalhadas no capítulo de Gabriel Amato e Laura Luciani, essa tarefa demanda uma contextualização mais profunda dos espaços e processos socioculturais. A depender dos temas estudados, então, o olhar ao contexto sociocultural deve ser ainda mais atento.



se encontram em diálogo com os entendimentos sobre os vastos significados da repressão.

O capítulo *Estado e governo nas ditaduras brasileiras (1964)*, escrito por Paula Canelo e Rodrigo Patto Sá, propõe uma contextualização periodizada a partir da análise comparativa das estruturas institucionais de poder entre a ditadura brasileira (1964) e a argentina (1976), explorando suas similaridades, diferenças e impactos nas transições para os regimes democráticos. Os discursos legitimadores dos regimes autoritários são delineados, destacando o antiperonismo argentino e o anticomunismo no Brasil, bem como as ações do aparato institucional e sua relação com as instituições brasileiras e argentinas. O estudo comparativo dos planos econômicos implementados nas ditaduras é aprofundado no capítulo seguinte, *Os planos econômicos e seu impacto*, de Karina Forcinito e Pedro Henrique Campos.

354

As análises revelam que, no Brasil, o plano econômico foi voltado ao desenvolvimentismo, com inclinação nacionalista, apoiado pela fase do “milagre econômico” e da continuidade das instituições liberais, bem como do financiamento de grandes empresários na formulação e manutenção das estruturas repressivas de poder, acomodando instituições existentes. Na Argentina, as instituições assumiram um caráter refundacional, construindo novas estruturas. O caráter liberal e de desindustrialização do plano econômico de refundação nacional estiveram intrinsecamente ligados a uma estrutura fortemente repressiva desde o início da segunda ditadura argentina, uma vez que as instituições liberais foram reformuladas e as Juntas militares estiveram presentes nas instâncias de poder. As similaridades entre os dois contextos são evidenciadas a partir do apoio civil-empresarial que os sustentou, com enfoque nos grandes conglomerados nacionais e estrangeiros de atuação doméstica, bem como nos credores externos.



O capítulo *Política habitacional e reformas urbanas em Buenos Aires e no Rio de Janeiro (1964-1973)*, se articula com este mesmo cenário. Nele, Gabriela Gomes e Samuel de Oliveira argumentam que o desenvolvimentismo como projeto da década de 1960 atuou como um fator transnacional das políticas econômicas do Brasil e da primeira ditadura argentina (1966), que implementou a chamada “modernização autoritária”. Estes planos envolveram a modernização e o crescimento dos centros urbanos latino-americanos, e, nesse escopo, levaram a uma crise no sistema habitacional e aumento das desigualdades sociais. A implementação das políticas habitacionais atua como um ponto de conexão produzido entre centros urbanos latino-americanos, como o Rio de Janeiro e Buenos Aires nas décadas de 1960 até os anos iniciais de 1970. O plano econômico e as políticas habitacionais e urbanas contribuíram, nos dois espaços, para uma noção de “gentrificação e segregação socioespacial do tecido urbano” (p. 195).

355

A relação entre as políticas ditatoriais com o mundo do trabalho, a partir das diferentes formas de repressão desencadeada sobre a classe trabalhadora e operária, bem como as estratégias de fragmentação do movimento trabalhista, são abordadas no capítulo de Carolina Dellamore e Daniel Dicosimo e no de Helene Nagasava e María Florencia. As discussões desencadeadas demonstram que a repressão não se restringiu à perseguição e violência sobre lideranças políticas e sindicais, ou sobre trabalhadores envolvidos na luta política, mas perpassou por mecanismos públicos e privados, os quais ameaçavam e controlavam a ação e reação dos trabalhadores, bem como o próprio movimento sindical. As políticas sociais desenvolvidas pelo Ministério do Trabalho brasileiro (1964 a 1967), e pelo Ministério do Bem-Estar Social da Argentina (1966-1970), destacam a centralidade destas instituições nas práticas de controle e despolitização das relações e movimentos traba-



lhistas. A implementação de políticas de congelamento de salários, a reformulação de leis que suspendessem e inviabilizassem direitos trabalhistas (como o direito a greve), a promoção das parcerias entre os sindicatos e os governos autoritários<sup>3</sup>, foram exemplos de estratégias adotadas, demonstrando a articulação das ditaduras com a política liberal. A resistência social e política dos trabalhadores, por sua vez, emergiu diante do cenário das demandas econômicas de melhorias salariais e direitos trabalhistas.

356

Quando se trata dos mecanismos e engrenagens da repressão especificamente políticos, as conexões são ressaltadas principalmente no que tange a dimensão transnacional das práticas sistematizadas de tortura. É nesse cenário que o capítulo *Ações repressivas e violência estatal*, de Gabriela Águila e Mariana Joffily, é relevante para a compreensão das amplas formas de violência política impostas. As ações de repressão psicológica se deram no âmbito das ações do Estado, financiadas por grupos e empresas, tanto no Brasil quanto na Argentina. A sistematização dos mecanismos de repressão política em consonância com a Doutrina de Segurança Nacional e influência internacional dos Estados Unidos da América foram elementos transnacionais das ditaduras. No capítulo de Daniel Lvovich e Janaína Cordeiro, *Propaganda e ação psicológica*, a repressão é atrelada aos métodos de construção de consentimentos, produção de ameaças e constituição de discursos pró-ditatoriais.

Da mesma forma em que os Estados, através da propaganda, atuaram no sentido de promover a violência psicológica e a imposição de ameaças, propiciaram outras formas de repressão no âmbito da mídia e dos meios de informação, que se relacionam com a institucio-

---

<sup>3</sup> No Brasil, promoveu-se o Novo Trabalhismo, visando uma parceria entre sindicatos e governo para implementar políticas e evitar a politização das relações de trabalho, enquanto na Argentina, o Ministério do Bem-Estar Social moldou um ambiente para intervenção sindical especializada alinhada aos interesses governamentais



nalização da censura e autocensura nos espaços argentinos e brasileiros. Tais temáticas são aprofundadas no capítulo de Federico Iglesias e Miriam Hermeto, intitulado *O campo cultural: políticas culturais, censura e resistências*. Dentre as semelhanças presentes nos discursos, nas propagandas oficiais e políticas culturais dos regimes autoritários brasileiro e argentino, destacam-se a exaltação das identidades nacionais, dos valores da moral cristã e a propagação do anticomunismo.

Ainda, Alexandre Fiuza, Ana Braggio e Gisela Andrade refletem sobre as conexões e comparações entre os processos de transformações nas políticas educacionais. A censura, a repressão, a reforma e o controle do sistema educacional brasileiro e argentino pautaram-se em ações que visavam a superação de um caráter emancipatório, libertador e crítico, articulando a educação com interesses da iniciativa privada. As políticas educacionais compuseram, assim, uma das engrenagens presentes no sistema repressor das ditaduras. O grave quadro educacional proveniente destas conjunturas foi também produto de uma ampla sistematização repressiva e autoritária. Fruto de planos econômicos, da concentração de renda, das políticas de gentrificação social, das distintas práticas de controle da população, a desigualdade social foi, então, um projeto político que deixou suas continuidades nas sociedades argentina e brasileira.

O livro encerra suas discussões alertando que governos autoritários perseguem a cultura e a educação, produzindo desigualdades sociais e étnico-raciais sistêmicas. Diante disso, os períodos transicionais das ditaduras, que se estabeleceram por pactos ou rupturas, não colocaram um ponto final na repressão e violência pautadas nestas mesmas desigualdades. Considerando a guinada neoliberal autoritária e a ascensão da extrema direita que marcou o recente cenário político argentino e brasileiro, os argumentos levantados por Gabriela Águila e



Mariana Joffly têm, novamente, seu destaque. Isto porque consideram que a implementação de políticas de memória deve compor as agendas políticas, sendo constantemente revisadas, reformuladas e reavivadas.

As histórias comparadas se apresentam no livro como uma metodologia para compreensão dos processos históricos recentes do Brasil e América Latina, em diálogo com as histórias conectadas. Torna-se, assim, possível delinear uma história comparada para além dos limites dos Estados-Nação. A obra analisada demonstrou que essas metodologias têm muito a contribuir para a história do tempo presente e para o entendimento do passado das ditaduras militares, uma vez que são capazes de auxiliar na análise das reminiscências e rupturas das repetições e singularidades dos processos, eventos e tempos históricos. Nesse sentido, podem se debruçar sobre conexões que ultrapassam as fronteiras nacionais e que demonstram que, por vezes, os fenômenos sociais estão imbricados em estruturas mais amplas de violências e repressão.

358

### Referências

- DELACROIX, Christian. L'histoire du temps présent, une histoire (vraiment) comme les autres ? *Revista Tempo e Argumento*: Florianópolis, vol. 10, n. 23, p. 05-38, jan./mar. 2018.
- KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo*. Estudos sobre História. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- LVOVICH, Daniel; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *As ditaduras argentina e brasileira em ação: violência repressiva e busca de consentimento*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Los Polvorines: Ediciones UNGS, 2023.